



XII COLOQUIO NACIONAL E V COLOQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO



26 A 29 DE SETEMBRO DE 2017

ISSN: 2175-5493

DISPUTAS DE MEMÓRIAS SOBRE A DITADURA MILITAR NO BRASIL

Cristiane da Silva Oliveira¹
José Alves Dias²

INTRODUÇÃO

O presente resumo refere-se a uma pesquisa que vem sendo desenvolvida, a nível de mestrado, no Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, e tem o objetivo de analisar como a tortura foi utilizada pela burguesia na construção de uma memória institucionalizada pelo Estado de Segurança Nacional - ESN, no período entre 1969 e 1973, no Brasil, com a finalidade de silenciar os opositores.

O interesse pela temática ora apresentada, tem origem na leitura de diferentes obras a respeito da ditadura militar brasileira, entre elas, está *Brasil Nunca Mais*, publicada em 1985, que consiste no resumo oriundo da pesquisa elaborada pelo Projeto Brasil Nunca Mais, na qual, especialistas se dedicaram, durante oito anos, a reunir cópias de diversos processos políticos que tramitaram pela Justiça Militar, entre abril de 1964 e março de 1979 e que desempenha um importante papel para a memória do período ditatorial por revelar a dinâmica da repressão e o emprego sistemático da tortura contra os opositores do Estado de Segurança Nacional.

Em contraponto a obra supracitada, destacamos o *Brasil Sempre*, publicada em 1986 e escrita pelo tenente Marco Pollo Giordani, o qual se apresenta na obra como um modesto homem do exército, de valores inabaláveis, e à serviço da pátria, e que se considera possuidor da coragem, da determinação e da integridade de um homem de informações, com vários anos de DOI-CODI, anos esses dedicados, segundo o autor, a libertar o país da subversão e aponta a publicação de Brasil Nunca Mais uma das principais motivações para escrever seu livro. Giordani esclarece que não é sua intenção contestar a obra *Brasil Nunca*

1 Mestranda do Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Endereço eletrônico: crishumano@gmail.com

2 Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Professor Titular do Departamento de História e Permanente do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Endereço eletrônico: jdiashistory@gmail.com



Mais, justificando que esse ato seria tão insignificante quanto recomendá-la. Afirma, enfim, que sua real intenção é falar da parte esquecida pelo *Brasil Nunca Mais. Brasil Sempre*, nas palavras do autor, imprime uma marca nova “a da verdade e do consenso” e ainda, lamenta as manifestações contrárias aos “sublimes objetivos da Revolução de 1964”, posicionando-se contra a tortura, entretanto, considera que por lei natural da vida cada ação remete a uma reação.

METODOLOGIA

O método aplicado busca apurar as disputas de memórias como resultantes de uma sociedade estratificada, na qual, o Estado opera para garantir os interesses da classe dominante. Ademais, o referido Estado utiliza-se da ideologia no intuito de ocultar a divisão classista, ao passo que, emprega a violência contra todos os indivíduos que o contradizem dentro dessa estrutura social. Deste modo, verifica-se, ainda, que a institucionalização da memória pelo Estado e as narrativas memorialísticas dos opositores operaram, intencionalmente, na construção de memórias que evidenciam seus lugares sociais e são, consequentemente, conflitivas sobre o período da ditadura brasileira.

O percurso teórico-metodológico a ser traçado por este trabalho parte dos seguintes direcionamentos, a relação entre Estado e Sociedade; a construção da memória por meio da perspectiva social e sua manipulação, ideológica, pelo Estado e a análise do campo da memória como palco de conflitos de classes sociais.

Diante do exposto, Maria Helena Moreira Alves (1989) ao analisar as relações estabelecidas entre o Estado de Segurança Nacional e a sociedade civil, no contexto do regime militar brasileiro, constatou que a efetiva edificação do referido Estado foi resultado de um confronto dialético com seus opositores. Sendo, necessário uma contínua reformulação de planos e normas e uma expansão da força coercitiva. Alves (1989), pontua, ainda, que na pretensão de solidificar o Estado de Segurança Nacional, o Brasil tornou-se cenário de guerra, onde o inimigo ou os inimigos estavam, segundo o Estado, infiltrados na sociedade e representavam o espectro do comunismo.

Portanto, por meio do discurso de Segurança Nacional todos os cidadãos eram considerados responsáveis diretos pela segurança da nação. Por outro lado, o Estado se organizava e se estruturava, por meio de bases legais expressas nos Atos Institucionais, nos decretos, nas leis e na Constituição de 1967 com o intuito de se legitimar e, possivelmente,



construir uma memória, ao tempo que todo um aparato repressivo operava para controlar e combater as tentativas populares de contradizer as decisões do Estado, assessorado por uma eficaz rede de informações, inaugurada com a criação do Serviço Nacional de Informação-SNI.

Assim, ao verificarmos as instruções contidas no Manual Básico da ESG (1992), constata-se que de acordo com os ideais militares, no intuito de defender internamente a nação, o governo poderia adotar atitudes, medidas e ações de caráter preventivo, repressivo e operativo, no intuito de eliminar a “subversão”. À vista disso, todo um sistema foi estabelecido no Brasil na luta contra a “subversão”, no qual a DSN foi à base responsável pela condução da “ordem” e pela propagação do discurso de Segurança Nacional.

De acordo com a reflexão acerca da DSN, elaborada por Eliézer Rizzo de Oliveira (1976), o autor verificou que o pensamento imperante na referida doutrina era processado pela passagem das considerações econômicas para as considerações políticas como ponto central da análise. E foi no âmbito do político que a DSN internalizou o conceito passando da “agressão externa” para a “interna”, promovendo no seu corpo doutrinário a submissão das atividades básicas da Nação à sua política de segurança, tendo nos Objetivos Nacionais Permanentes – ONP e nos Objetivos Nacionais Atuais – ONA os pilares que definem a segurança nacional, sendo os primeiros resultado da interpretação dos interesses e aspirações nacionais e os segundos derivados da análise conjuntural dos impedimentos ou oposições à realização dos primeiros.

Pode ser verificado na obra *Brasil Nunca Mais* (1985) que enquanto o aparelho repressivo montado em nome da segurança nacional fez da tortura uma rotina, levando a implicações outras, como a assassinatos e desaparecimentos, o país vivia o período do “milagre econômico” e que começara a dar sinais de declínio no segundo semestre de 1973. Mas, a partir de 1974, teve início uma regressão do processo em vigor, dentre os motivos estavam as divergências entre os diferentes grupos militares diante da necessidade dos organismos de segurança de se adaptarem aos novos tempos.

A partir da revogação do AI 5, em dezembro de 1978, Dreyfus e Dulci (1984), aferiram que as Forças Armadas se viram num emaranhado de dificuldades para lidar com uma sociedade tão plural e problemática que elas próprias ajudaram a modelar, dentre elas, a própria questão interna da instituição militar, pois toda a estrutura construída para manutenção do sistema imposto estava ruindo, fazendo-se necessário, politicamente, uma redefinição de papéis e funções numa pluralidade social que predominava. Era o momento de se despolitizar e buscar uma redefinição e uma legitimação de seus papéis e funções dentro da corporação, ou melhor dizendo, era a hora de voltar aos quartéis.



Diante deste contexto sócio/político, a questão da memória será analisada de acordo com a dimensão social da mesma, averiguada, primeiramente, pelo sociólogo Maurice Halbwachs (2006) que cunhou o conceito de memória coletiva e desdobrada, posteriormente, por teóricos que se debruçaram sobre o conceito de memória social, dentre eles, ressaltamos que segundo Fentress e Wickham (1992), a memória nacional pode ser manipulada, visto que, as nações não se recordam de modo coletivo e espontâneo, e que em sociedades capitalistas a memória nacional tem como portadores as classes médias altas e a *intelligentsia*. Para os autores, essa memória é internamente divisível e combatível, entretanto sua articulação tem como protagonistas as elites políticas, o que dificulta sua contestação por meio de outros grupos sociais.

À vista disso, tanto a memória institucionalizada pelo Estado, aos moldes da ideologia contida na DSN, quanto as memórias opositoras serão analisadas levando em consideração o lugar social onde essas memórias foram construídas, observando as seletividades dos fatos, os interesses do presente em que as lembranças do passado foram reconstruídas e as inter-relações entre a memória individual e as memórias de dois grupos sociais que atuavam no período, ou seja, os militares e os opositores.

O levantamento feito acerca das narrativas opositoras verificou que as primeiras publicações se deram na década de 70, entretanto estas publicações se alargaram com a promulgação da Lei da Anistia, em 1979, formulada com um conteúdo limitado, que não atendia as expectativas da sociedade da época, pois, ao passo que a anistia devolveu aos opositores o direito de retorno à pátria, isentou, também, de qualquer punição os militares ligados a repressão. Estas narrativas têm como ponto comum, a denúncia da extrema repressão imposta aos que se insurgiram contra o Estado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste sentido, pressupomos que a prática da tortura, na ditadura, no período entre 1969 e 1973, foi utilizada pela burguesia a partir de uma política repressiva de Estado, o qual atuou como representante de seus interesses, tendo como finalidade aniquilar seus opositores e, concomitantemente, silenciar suas memórias, ao tempo que empregou um discurso, baseado na ideologia de segurança nacional para escamotear e/ou justificar os fatos ocorridos no bojo da sua política, manipulando ideologicamente a construção de uma memória social burguesa, institucionalizada pelo Estado



Inferimos que a importância desta pesquisa é ressaltar que, no âmbito social, existem confrontações de memórias, sendo relevante aprofundar o conhecimento sobre a existência de memórias do Brasil ditatorial, em vez de uma memória única do referido período. Assim, esta pesquisa pretende contribuir para o conjunto de estudos dedicados a análise da ditadura militar brasileira, partindo de uma perspectiva memorialística, a qual, oferece meios de analisar presenças e sentidos do passado.

Enfim, as produções memorialísticas opositoras emergiram em contradição a um dos objetivos do Estado de Segurança Nacional - ESN, ou seja, a memória que estava sendo produzida, pelo referido Estado, em consonância com a Doutrina de Segurança Nacional - DSN, desde a tomada do poder em 1964.

CONCLUSÃO

O resumo abordou a prática da tortura no processo de construção da memória social burguesa acerca do período ditatorial brasileiro, manipulada, ideologicamente, e institucionalizada pelo Estado. Para tanto, foram selecionadas obras nas quais se pôde verificar a existência de diferentes testemunhos sobre o período em questão tendo em vista que os lugares sociais de produção da memória são distintos e conflitivos. Sendo assim, pode-se afirmar que o ESN atuou coercitivamente, sobretudo por meio da tortura, aniquilando seus opositores e silenciando suas memórias. Em contrapartida, o confronto com as narrativas memorialísticas dos militantes torturados comprova a existência de uma memória opositora que, mesmo diante das mazelas provocadas pela tortura, resistiu e subverteu ao silenciamento imposto por seus algozes.

Palavras-chave: Estado. Memória. Ditadura Militar.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil** (1964-1984). 5ª ed.,



Petrópolis: Vozes, 1989.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil Nunca Mais**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Manual Básico**. Rio de Janeiro: ESG, 1992.

DREIFUSS, René Armand e DULCI, Otávio Soares. As Forças Armadas e a Política. In: **Sociedade e Política no Brasil Pós-64**, 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1984, p.87-117.

FENTRESS, James e WICKHAM, Chris. **Memória Social**: novas perspectivas sobre o passado. Lisboa: Editorial Teorema, 1992.

GIORDANI, Marco Pollo. **Brasil Sempre**, Porto Alegre: Tchê! Editora Ltda, 1986.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **As Forças Armadas**: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969). Petrópolis: Vozes, 1976.